

APRESENTAÇÃO

O título da obra “Direito, Política e Manejo Pesqueiro na Bacia Amazônica” reflete a preocupação dos pesquisadores integrantes do Grupo de Pesquisa/CNPq “Direito e Pesca”, que vem atuando no Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas, desde 2008.

Ainda em 2008, foi proposto ao CNPq um pedido de auxílio à pesquisa, concedido através do fundo setorial CT-Amazônia, com a finalidade de explorar uma lacuna da literatura, caracterizada pela ausência de obras jurídicas sobre o setor pesqueiro¹. Os trabalhos começaram. Os pesquisadores Arilúcio Bastos Lobato, Andrei Sicsú de Souza e, posteriormente, Denison Melo de Aguiar foram agregados ao projeto de pesquisa, desenvolvendo suas dissertações de mestrado em direito ambiental respectivamente sobre: a problemática jurídico-internacional do manejo da pesca dos grandes bagres migradores; o conhecimento tradicional associado ao manejo pesqueiro na Amazônia; e o princípio da dignidade da pessoa humana e a pesca artesanal na Amazônia.

Já nesta primeira fase dos trabalhos, percebeu-se que abordar o assunto, através de uma incursão ao “Direito Pesqueiro na Bacia Amazônica” era pretensioso, inclusive por se atribuir ao direito pesqueiro uma certa autonomia epistemológica, inexistente até o momento. Entretanto, os objetivos práticos da equipe foram melhor delimitados. Buscou-se, então, delinear o referencial legal para a tutela dos estoques pesqueiros na bacia Amazônica e da atividade pesqueira propriamente dita. Estabeleceram-se diálogos e parcerias com outros grupos de pesquisa em outras instituições (Programa de Pós-Graduação em Aqüicultura da Universidade Nilton Lins/AM, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Universidade Estadual Paulista - UNESP e Universidade de Campinas - UNICAMP). As contribuições não tardaram e a forma de compreensão do problema assumiu um foco jurídico, que se apropriou do conhecimento de outras áreas, principalmente da biologia e da ecologia.

Juntaram-se à equipe as pesquisadoras Blanca Lourdes Bottini Rojas, que trabalhou em seu mestrado na UNESP de Rio Claro com a comparação das estratégias de manejo do Brasil e Venezuela; e Thaísa Rodrigues Lustosa de Camargo, que

¹ O presente documento foi elaborado como relatório técnico final do Proc. CNPq 575535/2008-3 – Auxílio à Pesquisa.

trabalhou com a nova situação do marco regulatório da pesca a partir de 2009. O último reforço veio com a volta do Dr. Miguel Petrere Jr. para o Amazonas, onde suas contribuições se fizeram sentir sobre toda a equipe. A rota estava traçada!

A bacia Amazônica não foi escolhida por acaso. Trata-se da maior bacia hidrográfica brasileira e onde se concentra a maior parte da pesca (em sentido lato) do país. Na Amazônia, foram constatados os maiores níveis de consumo de pescado do mundo, chegando, de acordo com alguns autores, a atingir até 600gr/pessoa/dia, como será discutido ao longo do presente estudo. A importância do pescado para as populações dispersas nas vastas áreas de várzeas e da bacia é vital, constituindo-se na maior fonte protéica disponível.

Historicamente, a pesca se desenvolveu à margem do Estado. Com o passar do tempo, a população da Amazônia cresceu, aumentando as pressões sobre os estoques pesqueiros. As viagens de pesca passaram a buscar locais cada vez mais distantes dos grandes centros e os primeiros sinais de depleção foram detectados na década de 1970, pelo Prof. Dr. Miguel Petrere Jr., então pesquisador do INPA.

O acirramento dos conflitos deu lugar a embates cada vez mais frequentes e violentos. Em 1973, foi deflagrada a “Guerra do Peixe” no lago de Janauacá, próximo a Manaus. A igreja católica trabalhava em suas comunidades eclesiais de base e os agrupamentos humanos do interior da Amazônia consolidaram um senso de comunidade, empoderando suas lideranças e assumindo uma postura coesa na proteção de seus locais de pesca.

Vieram inovações tecnológicas, políticas públicas e incentivos fiscais fomentando o setor. Entretanto, o caminho do antigo Código de Pesca de 1967 para a atual Lei de Pesca de 2009 foi longo. Muitas estratégias de manejo foram adotadas e abandonadas. Novos paradigmas ambientais surgiram com a Constituição Federal de 1988 e, no Brasil inteiro, os movimentos sociais se fortaleceram, com destaque para o importante papel que o Grupo de Trabalho Amazônico desenvolveu em prol das comunidades tradicionais, resultando no surgimento de novos direitos.

Estava aberto o caminho jurídico para a participação das comunidades de usuários na gestão dos recursos naturais (pesqueiros) em um sistema denominado posteriormente gestão participativa. Entretanto, a construção de uma cultura institucional que permitisse a recepção dos usos e costumes (ou do conhecimento tradicional) dos usuários na elaboração de estratégias e implementação de ações de manejo ainda levou algum tempo.

Os anos 1990 e 2000 marcaram a importante contribuição dos projetos de cooperação técnica internacional no fortalecimento institucional do IBAMA e na implementação do sistema de gestão participativa da pesca. O ano de 2002 entra para a história do setor pesqueiro como o ano da edição da Instrução Normativa nº 29 do IBAMA, que previa todos os passos para a construção dos acordos comunitários de pesca, atualmente tão usados na bacia.

Em 2009 foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura provocando uma ruptura de paradigmas político, jurídicos e de gestão. O que antes se pautava por uma visão holística, sob a óptica do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, passa para um viés mais produtivista, redundando no fortalecimento do Programa Fome Zero e contribuindo para a segurança alimentar da população.

Este livro conta essa história. Não há a pretensão de esgotar o assunto ou estabelecer uma verdade última, mas simplesmente lançar a primeira palavra na construção de um debate sobre o tema.

Serguei Aily Franco de Camargo

Manaus, 09 de fevereiro de 2012.